

## 2

### Favela: história, violência, segregação e resistência

Podem me prender / podem me bater /  
podem até deixar-me sem comer / que  
eu não mudo de opinião / daqui do  
morro / eu não saio não.<sup>7</sup>

#### 2.1

##### A violência através das políticas sanitaristas e segregatórias

O funk hoje é, sem dúvida, um fenômeno musical genuíno das favelas cariocas. Sendo este o pano de fundo, requer, por sua vez, um percurso histórico mínimo para compreensão mais ampla do processo de surgimento dessa realidade e da relação do tráfico de drogas com a produção funk, e mais especificamente com o subgênero denominado “proibidão”.

Um persistente estereótipo atribui e confunde a geografia da violência e do medo com as favelas e os morros na cidade do Rio de Janeiro. O “funk proibido” é um fenômeno desse contexto, por isso, antes de abordá-lo, serão tratados os aspectos sócio-históricos que constituem o espaço dessa produção cultural.

As favelas têm se apresentado como um fenômeno cada vez mais comum nas grandes metrópoles do país. Na cidade do Rio de Janeiro, o seu desenvolvimento data do fim do século XIX e início do século XX. Desde então, as favelas têm sofrido cíclicas formas de intervenções, desde as políticas de demolições, passando pelo período das remoções, até a atual forma de “inclusão”, através do projeto de urbanização Favela-Bairro.

São mais de cem anos de debates sobre a melhor forma de intervenção social nas favelas, de inúmeras contradições entre engenheiros, arquitetos, sociólogos, políticos, e de pouca participação dos verdadeiros interessados na questão - a população dessas comunidades.

---

<sup>7</sup>Trecho da música de Zé Keti citada por Zaluar (1999, p.77).

Conforme assinalam alguns autores (Carvalho, 1987; Vergne, 2002; Maiolino, 2005), antes do surgimento das favelas como espaço alocado à população mais pobre da cidade, essa parcela da sociedade habitou o que se registra como as “áreas marginais” da urbe, constituída por casarões velhos, lugares alagadiços próximos ao centro do Rio, e os famosos cortiços.<sup>8</sup> Os cortiços surgiram como possibilidade de permanência da população pobre próxima ao centro da cidade. Eram muitos os cortiços que se mesclavam com os palácios, até o momento em que eles foram considerados focos de doenças. Com as condições geográficas favoráveis, os pobres moradores dos cortiços sobem os morros vizinhos ao centro da cidade, dando origem às favelas cariocas.<sup>9</sup> A ocupação desses morros atendia também ao desejo das elites em terem acesso fácil à força de trabalho dessa população, em especial pela tradição escravista brasileira. Por um longo período, a convivência de diferentes classes sociais ocorria na cidade, pois as suas linhas de demarcação não eram bem definidas (Vergne, 2002). Observa-se, também, que o crescimento da ocupação nas encostas e nos morros tem a ver com as primeiras intervenções urbanísticas da cidade, que entre tantas iniciativas demoliam as habitações irregulares.

Bem antes dessa época, já havia no Rio de Janeiro uma clara distinção quanto à ocupação do espaço urbano e já se identificavam aspectos de segregação social. Como bem observa Vergne (2002, p.9):

A segregação da pobreza pode ser identificada já no século XVIII, quando a cidade era colonial. A demarcação de territórios destinava-se aos negros, índios, judeus, degradados e ciganos e ficava numa região alagadiça, além de seus limites situados na Rua da Vala, hoje Rua Uruguaiana.

O período histórico mais emblemático desse processo, que consolida a cronologia do lugar da população pobre e marginalizada na cidade e ilustra o tratamento dado pelos governantes a essa questão, é, sem dúvida, o final do século XIX, período de transição do regime monárquico para o republicano.

Trata-se de uma fase de acontecimentos marcantes na história do Brasil, a começar pela abolição da escravidão, seguindo pela mudança do regime político e

---

<sup>8</sup>Segundo o dicionário Aurélio, cortiço significa *habitação coletiva das classes pobres; caloji; cabeça-de-porco; casa de cômodos.*

<sup>9</sup>Karasch (1987 *apud* Vergne, 2002) assinala que havia moradores nos morros cariocas, na sua maioria pobres e negros, antes do período que convencionou chamar de “favela” as áreas ocupadas nos morros da cidade.

pela forte influência dos ideais iluministas na política, na medicina, na engenharia, na arquitetura, e a pretensão ideológica de colocar o país no mesmo passo que as nações européias.

Para esta dissertação, essa fase da história do nosso país se apresenta muito significativa por registrar a origem e as características da parcela da população identificada como subalterna na sociedade carioca, e que hoje tem como lugar, sobretudo, os morros e as favelas. Houve, nesse mesmo período, um grande empreendimento por parte dos políticos, “oferecer a cidadania ao povo”, ou seja, urge a tarefa de tornar o povo “verdadeiramente cidadão”. Os ideais republicanos, aliados às ideologias progressistas, se apresentam como redentores e capazes de tirar o país do atraso. Contudo, as “luzes” que originam desse movimento revelam um país no qual a maioria da sua população herda uma “biografia” de trezentos anos de escravidão. E apesar de todo o esforço, não se revelou tão fácil a tarefa de proporcionar uma “reparação histórica” a essa vergonhosa mácula.

A capital da República viveu, nos seus primeiros anos, uma das fases mais turbulentas da sua existência. Foi um período de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e ideológicas, em parte consequência da recente mudança de regime (Carvalho, 1987). Nos primeiros anos do século XX, o projeto de urbanização conduzido pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906)<sup>10</sup> se propôs, entre outras coisas, a eliminação da ocupação dos morros do centro e dos cortiços, porque essas habitações representavam uma aberração à paisagem urbana. Essa retórica científica de combate aos “miasmas sociais”<sup>11</sup> não se restringiu às condições de moradia, ela se estendeu também à intervenção “moralizante” no indivíduo, com destaque para o papel do médico, que conforme Maiolino (2005, p.51):

Estabelecia padrões reguladores dos comportamentos, através da difusão da mentalidade higienista, buscando ordenar o caos deflagrado nos lares, da mesma forma como tentava fazer com a desordem urbana. Assim, ao lado dos manuais de puericultura, destinados a ‘educar’ as mães da elite no trato dos filhos, data desta época a elaboração, por médicos, de ‘verdadeiros’ diagnósticos do espaço urbano,

---

<sup>10</sup>Pereira Passos era um engenheiro fortemente influenciado por concepções urbanísticas européias, em especial as implantadas por Hausmann, entre 1853 e 1870, em Paris, que deram à capital francesa seu aspecto contemporâneo (Maiolino, 2005, p.54)

<sup>11</sup>As intervenções nas habitações irregulares foram justificadas em nome da higiene e do combate às doenças, por isso é comum encontrar a analogia do lugar como se fosse a doença: “aglomerações patológicas, (Perlman, 1977); “lepra moral” (Burgos,1999); “enorme quisto” e “dente cariado” (Vergne, 2002, p.19); “lepra da estética”, e “câncer da sociedade” (Maiolino, 2005, p.78).

propondo intervenções cirúrgicas na paisagem, como a derrubada de alguns morros cariocas para favorecer a aeração e a eliminação dos miasmas.

Conforme Maiolino (2005), a visão que a elite governante tinha desse espaço social e de seus moradores era sempre negativa, a favela representava um “câncer da sociedade” e os seus habitantes eram vistos como “carentes” de uma “pedagogia civilizatória”.

A política de embelezamento e saneamento da cidade, calcada nos ideais de modernidade e de progresso, tinha o objetivo de extirpar as habitações das camadas pobres da população. Denominada pela imprensa conservadora de “Política de Regeneração”, provocou protestos por parte da população afetada. Segundo Sevcenko (1984), não era difícil de identificar essa população de revoltosos, formada por uma multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie que povoavam a cidade. A intervenção do governo não se restringia apenas aos alojamentos dessa população, como observa o autor:

As suas roupas, seus pertences pessoais, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, sua formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura enfim, tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. (Sevcenko, 1984, p.62)

O movimento de contestação com maior destaque nesse período foi a Revolta da Vacina. Uma insurreição popular que teve lugar no ano de 1904, cujo pretexto foi a campanha de vacinação em massa contra a varíola desencadeada por decisão da própria da Presidência da República. E não se tratava apenas de uma simples campanha, era no fundo um conjunto de medidas de saneamento e de redistribuição espacial de vários grupos sociais. Os métodos de aplicação do decreto de vacinação eram truculentos, os soros e, sobretudo os aplicadores, eram pouco confiáveis, os funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha manifestavam “instintos brutais e moralidade discutível” (Sevcenko, 1984).

A oposição popular à campanha de vacinação foi aproveitada por grupos partidários contrários ao governo republicano, transformando a revolta popular em

um movimento político de grande amplitude. A Revolta da Vacina talvez seja o primeiro e mais significativo indício de uma metamorfose urbana, com levante da população “marginal” carioca contra as ingerências políticas de caráter discriminatório, segregador e de controle dessa população. Observa-se que suspeição e práticas arbitrárias sempre fizeram parte do “controle social” das camadas marginalizadas (Vergne, 2002).

As ocupações das encostas dos morros continuaram a crescer, assim como as políticas de intervenção nas favelas cariocas, que desde o início foram marcadas por tensão e conflito entre planos governamentais e a populações das favelas. A demolição das casas e a remoção dos seus moradores foram as características mais marcante dos diversos projetos de intervenção das décadas da república.

A imprensa e a academia se ocuparam da temática das favelas, definindo-as como problema, como um território de máxima da precariedade tanto física quanto social, como uma aglomeração que se opunha ao restante da cidade. Essa população das favelas também percebida como temporária e transitória, foi, no entanto, logo reconhecida pelos primeiros observadores como detentora de valor econômico e, como tal, explorada mediante a cobrança de aluguel do “chão” ou dos barracos (Valladares, 2000 *apud* Maiolino, 2005).

## 2.2

### **Demolições: a violência na forma de política pública**

Ao longo da década de 1920, uma nova concepção urbanística começa a fazer parte dos projetos de intervenção na cidade. Extrapolando o discurso de embelezamento e higiene, enfatizando um conceito mais sistêmico sobre a cidade, fruto de uma nova disciplina científica, surge o urbanismo. Merece destaque nesse período o Plano Agache, projeto do urbanista Alfred Agache encomendado pela Prefeitura da capital. Segundo Valladares (2000, *apud* Maiolino, 2005), o urbanista parece ser um dos primeiros a relacionar outros elementos além da pobreza, tais como os trâmites burocráticos e a própria atitude dos poderes públicos diante da questão de habitação popular, substituiria pelo comentário anterior no entendimento da moradia em favelas. Ou seja, surge um olhar social para a questão da favela, onde se destaca a sociabilidade que aí se produz. Apesar de sua visão mais abrangente, Agache endossa a idéia de que favela representa um

sério problema de ordem social, de segurança, além de estético e higiênico. O Plano Agache preconiza a implantação de habitações populares – as vilas-jardins operárias – salubres e com preço baixo (Valladares, 2000 *apud* Maiolino, 2005).

O Plano Agache, além de ter se mostrado de custo elevado para os cofres públicos - apesar de nunca ter sido integralmente aplicado -, representou um grande marco por se constituir como importante referência para os planos e projetos desenvolvidos posteriormente.

O final da década de 1920 e início da década de 1930 são marcados pelo maior envolvimento dos poderes públicos com a questão da moradia das classes mais pobres. Também por eventos significativos no cenário político do país, como a Revolução de 1930 e início da era Vargas, que promoveram transformações na cidade.

O Código de Obras da cidade de 1937 é um documento que reconhece a existência das favelas e reforça a noção de que elas representam uma aberração à paisagem urbana. As favelas não deviam constar no mapa da cidade, e precisavam ser eliminadas. Nota-se que a “descoberta” das favelas por parte do poder público se dá como incômodo à urbanidade, e não como um evento resultante de uma postulação dos seus próprios moradores. Maiolino (2005, p.82) observa que:

...a demolição das construções e a remoção de seus moradores estabelecem-se assim como a primeira solução governamental frente à existência das favelas, partido que viria a nortear diferentes ações públicas, em especial até a década de 70.

Na década de 1940, a Secretaria Geral de Saúde do Distrito Federal realizou um recenseamento em 14 favelas da cidade onde foram obtidos os seguintes dados: “Nacionalidade, idade, cor, sexo, profissão, instrução, emprego, renda, modo de pagamento, se proprietário do barracão, quanto lhe custou, se paga foro ou impostos, se paga aluguel e quanto paga, dentre outros” (Maiolino, 2005, p.82). De acordo com Maiolino, o resultado dessa pesquisa serviu de base para a ação do prefeito Henrique Dodsworth na implementação do seu projeto de remoções e construção dos parques proletários.<sup>12</sup>

Nessa mesma década de 1940 se dá o crescimento dos partidos de esquerda no país. As favelas surgem como lugar de possibilidade de desenvolvimento da

---

<sup>12</sup>Burgos (1999) apresenta um trabalho exemplar a respeito do controle social que o governo exercia sobre os moradores desses parques proletários.

“luta operária”, já que integrantes da elite intelectual se aproximavam do morro, fomentando uma politização dos favelados, estabelecendo um maior relacionamento entre favela e alguns setores da sociedade. Essa aproximação aumentou o medo de grupos conservadores da cidade, provocando novas ações de “controle” nas favelas, com a justificativa de que seria necessário subir o morro antes que os “comunistas” descessem (Burgos, 1999).

## 2.3

### **Politização dos favelados: resistência e novas demolições**

A questão das intervenções nas favelas cariocas, caracterizadas pelas práticas arbitrárias do Estado, permanece em pauta na década de 1950. De acordo com Maiolino (2005), foi nesse período que se destacaram organizações como a Fundação Leão XIII e o projeto Cruzada São Sebastião. A primeira, criada em 1947 pela Igreja e pela Prefeitura, dedicava-se “à assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro” (Burgos, 1999, p.29), oferecendo a cristianização no lugar da pedagogia populista do Estado Novo, e a persuasão no lugar da coerção. A segunda organização, o projeto Cruzada São Sebastião, foi criada em 1955 sob comando de Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Segundo Burgos (1999), enquanto a Leão XIII tinha como perspectiva influir nas associações de moradores e na formação de lideranças, a Cruzada atuava de maneira mais direta, funcionando em algumas situações como interlocutor entre os moradores das favelas e o Estado. A Prefeitura, por sua vez, funda em 1956 o SERPHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), que nos primeiros anos serve de apoio às duas instituições da Igreja supracitadas. As três organizações, Fundação, Cruzada e SERPHA, tinham como objetivo comum o controle político e uma pauta mínima de direitos sociais referente à infra-estrutura das favelas (Maiolino, 2005).

As décadas de 1960 e de 1970 representam um período rico em acontecimentos no cenário das favelas cariocas pelo número de remoções, demolições e pela resistência dos moradores na luta para permanecerem nas favelas. Segundo Burgos (1999), nesse momento o governo do Estado passou a incentivar e apoiar a criação das associações de moradores em troca do controle

político dessas áreas. Os moradores tinham como “benefício” a promessa de urbanização das suas comunidades. Mas essa estratégia do governo estadual não foi suficiente para manter o controle sobre as associações de moradores que, por sua vez, continuaram se fortalecendo politicamente. Por isso, o governo foi obrigado a criar novos mecanismos de subordinação política para essas associações, como a reforma da Fundação Leão XIII, que em 1963, passou a ser uma autarquia do Estado. A experiência acumulada em favelas tornava a Fundação apta a exercer uma vigilância mais estreita da vida política nessas comunidades, agora atendendo aos interesses do Estado.

O quadriênio do governo de Carlos Lacerda (1961-64) foi marcado por uma intensa política de intervenções nas áreas de favelas que oscilava entre remoção e urbanização, trabalhando simultaneamente nas duas direções. O que nos parece razoável considerar é que, nesse governo, o viés da política de remoção e demolição se destacou mais do que qualquer outro feito no que tange às questões de moradias populares:

Lacerda investia pesado na limpeza da cidade de seus personagens indesejados. São famosas suas ações de remoção de mendigos das ruas, sendo também obras de seu governo a demolição integral das favelas da Catacumba e do Pasmado, ambas localizadas em bairros da Zona Sul carioca (Lagoa e Botafogo, respectivamente) e a construção de grandes conjuntos habitacionais, em regiões afastadas das áreas centrais do Rio de Janeiro, para onde foram relocadas as populações das favelas demolidas. Esse é o caso da Cidade de Deus, construída em Jacarepaguá, e das Vilas Kennedy, Aliança e Esperança, implantadas em Bangu. (Maiolino, 2005, p.100)

Ainda conforme a autora, a arbitrariedade ao remover os moradores das favelas demolidas, o desrespeito e a desorganização eram tamanhos, por parte do governo, que no momento de entregar as casas, nas novas localidades, não houve preocupação em assentar parentes e vizinhos próximos como na estrutura da favela, esses passaram a morar a distâncias absurdas dos seus círculos de amigos. Além disso, as casas eram padronizadas e as chaves e fechaduras eram idênticas, isso significa que uma mesma chave servia para todas as fechaduras, muita gente errava seus endereços e às vezes entrava em uma casa e somente assim, constatava que havia cometido a gafe. Somavam-se ainda a precariedade do sistema de transporte coletivo, da iluminação pública e a ausência de pavimentação das ruas.

Perlman (1977) realizou um estudo sobre a mobilidade social e a pobreza nas favelas cariocas no fim da década de 1960. O trabalho da pesquisadora americana tornou-se um clássico da literatura, pois ao tratar da sociologia das favelas, desmistificou antigos conceitos e revelou um outro lado da realidade carioca. Conforme observa a autora:

Debaixo da miséria aparente existe uma comunidade que se caracteriza pelo cuidadoso planejamento no uso de um limitado espaço para fins de moradia, e pelas técnicas criativas de construção em encostas que os urbanistas consideram demasiado íngremes para edificações. (Perlman, 1977, p.42)

Para Perlman, o que de fora parece um formigueiro humano e imundo, por dentro as coisas são bem diferentes, pois a construção das casas leva em conta o conforto e a eficiência. E quanto à sociabilidade, a autora assinala o notável grau de coesão social e confiança mútua, expressa numa complexa organização social interna com numerosos clubes e associações espontâneas.

A conclusão de Perlman que os favelados não eram economicamente ou politicamente marginais, mas explorados e reprimidos; não eram socialmente ou culturalmente marginais, mas estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado.

Com o regime militar, recrudescer a política intervencionista junto às favelas. A história das remoções, ocorrida, sobretudo, entre os anos 1968 e 1975, aponta para “um dos capítulos mais violentos da história de repressão e exclusão do Estado brasileiro” (Burgos, 1999, p.36). Embora se saiba muito pouco a respeito do que aconteceu nessa época, as informações que se tem acesso permitem supor a extensão da dramaticidade que atingiu mais de 100 mil indivíduos, removidos com a destruição de cerca de 60 favelas em sete anos, fora inúmeras prisões, sumiços e mortes de lideranças das associações de moradores (Burgos, 1999).

Maiolino (2005) observa que as áreas da Zona Sul carioca que foram liberadas em decorrência dessas remoções, e pela solução da demolição radical, transformaram-se em locais aprazíveis e rentáveis, prontos a serem incorporados ao mercado imobiliário, apagando assim a lembrança de um espaço de pobreza e violência da memória da cidade maravilhosa.

Conforme a análise de Burgos (1999), a marca mais significativa do plano político, entre a segunda metade da década de 70 e o início dos anos 80, foi o clientelismo e o ressentimento, ambos consequência do vazio político resultante do parcial sucesso da política remocionista. Essa política desfigurou o favelado como ator político, aspecto este conquistado a partir dos anos 1950 com o amadurecimento político e organizacional nas favelas, e fruto também da requalificação positiva do favelado - que o transformou numa categoria de luta pelos direitos sociais.

Nesse cenário político de ressentimento se propiciou a eleição, em 1982, de Leonel Brizola para o governo do Estado, que capturou o voto “super revoltado”<sup>13</sup> da população pobre da cidade. O governo Brizola se caracterizou pelo esforço em estabelecer e garantir os direitos sociais e civis da população. A sua agenda social foi especialmente voltada para as favelas, onde a situação de infra-estrutura era muito precária. Por isso atuou na melhoria das redes de água e de esgoto, da iluminação pública e residencial, da coleta regular de lixo, e na construção de vias de acesso, na oferta de transporte coletivo e tantos outros equipamentos públicos. A política de direitos humanos do governo Brizola, em contraste com o governo anterior, se baseou no respeito aos direitos civis, pois propôs uma nova conduta para os policiais civis e militares. A garantia dos direitos humanos para os moradores de favelas provocou a reação da mídia e de uma parcela da sociedade, que a nomeou de política de “direitos humanos para bandidos” (Burgos, 1999).

Além dos aspectos resultantes das intervenções governamentais, as favelas cariocas sofreram outra transformação a partir da metade da década de 70. O surgimento das organizações criminosas ligadas ao narcotráfico nas favelas provocou o aumento do comércio de drogas e da obtenção de armamentos potentes. Porém, é na década seguinte que essa nova situação se consolida com a maior presença e representatividade desses grupos ligados ao tráfico de drogas e do jogo de bicho<sup>14</sup> nas favelas. Neste contexto, a violência reproduzida sobre os moradores, era semelhante à violência vivida sob a ditadura militar. De certa forma, a tirania protagonizada por esses grupos inibiu a retomada dos direitos

---

<sup>13</sup>Expressão flagrada por Albar Zaluar (1985, p.255, *apud* Maiolino, 2005, p.107) que na época fazia pesquisa de campo na Cidade de Deus.

<sup>14</sup>Os banqueiros do jogo do bicho e grupos ligados ao tráfico de drogas se encontravam nas favelas cariocas desde a década de 70, mas somente nos anos 80 é que alcançaram projeção (Burgos, 1999).

civis e políticos por parte dos favelados. Já que esses grupos passaram de fato a exercer um controle brutal sobre as organizações locais, inclusive com o assassinato de diversas lideranças, ampliando assim a sua atuação favelas (Maiolino, 2005). Sobre esse assunto Ribeiro (1995, *apud* Maiolino, 2005, p.111) assinala que:

Favelas e periferia são marcadas pela retração do antigo tecido associativo e pela expansão de formas criminosas e perversas de sociabilidade. Tal mudança reforça a disseminação da cultura do medo que reconstrói os significados sócio-culturais as favelas e da periferia: deixam de ser territórios de coagulação de valores e signos positivos, referências de identidades coletivas, e passam crescentemente o papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca associá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana.

Apesar de alguns avanços da política pública que buscava a consolidação dos direitos sociais e civis, como, por exemplo, a postura de maior respeito, em certos momentos, por parte da polícia para com os favelados. Na favela a vida dos moradores sofria o retrocesso desses mesmos direitos, por conta da ação mais agressiva dos comandos do jogo do bicho e do narcotráfico. A postura ambivalente da própria polícia, com práticas arbitrárias que muitas vezes atuava contrária à idéia de “direitos humanos para favelados”<sup>15</sup>, contribuía também para mais violência. Esse cenário colaborava tiraria para que os favelados “desqualificassem” a polícia, julgando-os piores que os bandidos. A mídia, por sua vez, contribuiu na construção mais sistemática da imagem do pobre como delinqüente e marginal, aumentando sobremaneira a estigmatização das favelas, imputando ainda a seus moradores a “co-responsabilidade” pela presença do tráfico. O trecho abaixo, de uma pesquisa de Benevides (1983), citado por Maiolino (2005, p.112), mostra como se dá o processo de “fabricação” de estigmas de delinqüência em favelados:

Numa batida na Cidade de Deus, um bairro do Rio de Janeiro, a polícia prendeu, como suspeitos, 140 pessoas que não conseguiram provar, naquele momento, que trabalhavam. A polícia não encontrou bandidos e todos afinal foram liberados. Mas o delegado deu uma entrevista à imprensa dizendo-se muito satisfeito: “pelo menos a gente fotografa e ficha eles”. [...] Diz o delegado: “é claro que ‘eles’ ficam marcados definitivamente, na próxima batida (...), eles já serão considerados

<sup>15</sup>Nas últimas duas décadas várias chacinas em comunidades pobres da região metropolitana têm sido imputadas a policiais. A mais recente foi a “Chacina da Baixada”, em 31/03/2005, com 30 mortos nas cidades de Nova Iguaçu e Queimados. Permanece no imaginário do carioca chacinas igualmente trágicas, como a da Candelária, a de Vigário Geral, a de Acari e de Nova Brasília.

pessoas com antecedente, porque já estiveram numa batida anterior”. Enquanto não descobre, a polícia fabrica suspeitos e impunemente fornece aos jornais os nomes dos acusados, porteiros de prédios, bombeiros hidráulicos, pedreiros, empregadas domésticas. No dia seguinte a polícia desdiz, admite estar errada, quando suas vítimas, em geral humildes trabalhadores, estão estigmatizados.

A década de 1980 termina com um crescimento significativo da população das favelas como da complexidade dos problemas que envolvem esses locais. Por exemplo, o aumento da violência decorrente da presença mais forte do tráfico de drogas na vida da favela. Na mídia, acirra-se a noção do favelado como uma “classe perigosa”, e, ao mesmo tempo, inaugura-se um amplo debate sobre a “violência urbana”, acresce a mobilização em nível nacional em prol da atenção aos problemas urbanos. O governo municipal toma uma nova postura diante do tratamento a ser dado às favelas, passa a investir na urbanização destes locais, substituindo à política de remoção que recrudescera na década anterior. Por outro lado, as questões mais básicas, relativas à infra-estrutura disponível nas favelas, ainda se mantinham, em grande parte, sem solução (Maiolino, 2005).

## 2.4

### **Favela-Bairro: a urbanização das favelas cariocas**

Os aspectos apresentados no ponto anterior oferecem um panorama do contexto das favelas cariocas até o início da década de 1990. Quanto às intervenções em favelas, observa-se que a base de experiências conquistadas na década anterior contribuiu muito para a implantação de ações mais globais nessas comunidades, e não de forma pontual como acontecia anteriormente. Destacam-se a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257) e a nova Constituição Federal, que indicam condições favoráveis para uma abordagem voltada à análise e à busca de soluções das graves questões de utilização do solo urbano. Nesse contexto, a Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDU, formulou o Plano Diretor da Cidade, sancionado pelo então prefeito Marcelo Alencar, em 1992. Na proposta de reforma urbana do Plano Diretor ficava clara a opção pela urbanização das favelas, como uma etapa na sua transformação em “bairros populares”, o que, ao menos em termos simbólicos, representava um passo na inclusão das favelas à cidade formal.

Conforme observa Maiolino (2005), essas novas políticas significaram um avanço na própria definição de favela, porque afastavam julgamentos de valor sobre seus moradores e formulavam uma descrição estritamente espacial daqueles locais, abordando suas características físicas e de infra-estrutura.

Além disso, essa nova forma de intervenção a ser implantada nas favelas garantia a participação dos moradores no processo de urbanização, cuidados com a preservação da tipicidade da ocupação local, e um grande esforço para “integrar” essas favelas aos bairros (Burgos, 1999). A partir desse cenário, e do objetivo de propor uma Política Habitacional para o Município, surge o Programa Favela-Bairro na administração do Prefeito César Maia (1993-96). O Favela-Bairro teria como objetivo:

Construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade definindo-se como um programa eminentemente voltado para a recuperação das áreas e equipamentos públicos intervindo o mínimo possível nos domicílios. (Maiolino, 2005, p.118)

Em dezembro de 2000, a primeira fase do Programa, iniciada em 1994, foi concluída com a intervenção em 62 comunidades, através de um investimento total de U\$ 300 milhões, entre recursos do BID e da Prefeitura. O Programa Favela-Bairro está com 12 anos desde que implementado, as avaliações realizadas até o momento ressaltam, entre outros, os seguintes aspectos positivos: o fato da proposta de urbanização das favelas estar como uma atuação governamental consolidada, ou seja, independe da alternância partidária na administração municipal; a incorporação de profissionais com vivência institucional voltada a programas em favelas; a regularização urbanística visando à transformação das condições de cidadania da população favelada, conferindo-lhe o direito ao endereço. Entre os pontos deficitários estão: a concentração em políticas corretivas, sem avançar na questão da produção de novas moradias, o que implica em uma recriação permanente do problema que se busca resolver; o enfoque majoritário nas questões físico-urbanísticas, em detrimento dos programas sociais. Quanto à participação popular no Programa, esta tem se mostrado extremamente tímida, com fortes indícios de constituir-se mais como prática de legitimação das ações do que propriamente de democratização da política (Maiolino, 2005).

Todavia, as excelências apontadas no Programa Favela-Bairro não impediram que o tema das habitações irregulares voltasse às primeiras páginas dos jornais. Em semestre de 2005, a proposta de ampliação dos critérios para remoção das favelas, defendida pelo prefeito César Maia, provocou um caloroso debate sobre a expansão das favelas na cidade. Para acirrar essa polêmica, *O Globo*<sup>16</sup> denunciou construções ilegais na Rocinha, e mostrou o crescimento e verticalização da favela, com a invasão de área de proteção ambiental na Zona Sul. No período de aproximadamente um mês, o debate motivou políticos, especialistas e moradores do “asfalto” e da favela. Segundo *O Globo*, a maioria dos vereadores se opôs à proposta do prefeito, porque aproximadamente 50% dos parlamentares tem as favelas como base eleitoral.<sup>17</sup> Diversas opiniões surgiram desse debate, tais como a construção de um muro para isolar a favela e evitar a sua expansão, urbanização e regularização das moradias, controle de natalidade, incentivo para que os nordestinos retornem à terra natal e, é claro, o retorno à política de remoção. Porém, ao contrário do que fizeram outrora, quando alegavam-se questões higiênicas, salutaras e relativo à delinquência, as razões que motivam a remoção das favelas na atualidade derivam do fato das favelas se encontrarem em “áreas de riscos”, ou porque “agridem” o meio ambiente e desfiguram as encostas. Neste sentido a prefeitura já criou o chamado “ecolimites”, uma fronteira entre a favela e a área verde, como forma de conter a expansão das favelas.

A ausência de uma demanda organizada por parte dos moradores das favelas cariocas junto aos poderes públicos é assinalada por Burgos (1999) como um dos motivos que o “problema favela” apresenta-se ao cenário político carioca, quase sempre, pelo ângulo da violência.

O discurso de “guerra contra o tráfico”, projetado sobre as populações das favelas da cidade, motivou, em novembro 1994, as forças armadas a combater a criminalidade na cidade. A “Operação Rio”, assim foi chamada a ocupação de diversas favelas cariocas pelo exército, contou com a aprovação popular e o elogio da mídia. Em março de 2006, durante a elaboração dessa pesquisa, dez favelas da cidade foram ocupadas pelas forças armadas. Segundo o próprio exército, foram aproximadamente 1500 soldados na busca de dez fuzis e duas pistolas, roubadas

---

<sup>16</sup>Matéria da jornalista Selma Schmidt, *O Globo* (28/09/2005, p.16).

<sup>17</sup>Segundo a pesquisa do jornal *O Globo* (09/10/2005, p.19).

de um quartel da corporação na noite de três de março do corrente ano. Dez dias depois do roubo, o armamento foi encontrado no meio da floresta, entre duas grandes favelas da Zona Sul.

Nos últimos anos, uma nova modalidade de controle e violência tem se instalado em mais de 70 favelas da Zona Oeste da cidade: a “polícia mineira”<sup>18</sup>. Através do terror e da arbitrariedade, esses grupos armados, ao que se diz, comandados por oficiais da PM, têm se instalado nessas comunidades com o objetivo de banir o tráfico de drogas. Essas milícias, segundo a publicação do jornal *O Globo*<sup>19</sup>, são formadas na sua maioria por policiais militares, embora existam policiais civis, bombeiros, agentes do Desipe<sup>20</sup> e ex-militares. Os policiais, que antes escondiam a sua identidade nas comunidades onde moravam para poder sobreviver, agora integram grupos armados e banem os traficantes dos pontos de venda de droga. Conforme as reportagens de *O Globo*, após expulsar os traficantes, a “mineira” (também conhecida como o Comando Azul, em alusão à cor azul da bandeira da PM), passa a cobrar taxas mensais, que variam de 5 a 30 reais de comerciantes, de feirantes, de camelôs, de moradores, dos proprietários de transporte alternativo (vans, kombis e mototaxis). Esses grupos são acusados ainda de vínculo com grupos de extermínio; de explorar centrais clandestinas de TV a cabo – a famigerada “TV a gato”; de cobrar uma taxa de 10% sobre a venda de imóveis; da prática de agiotagem e de comandar a máfia do gás (apenas uma empresa tem autorização da “mineira” para vender o gás na favela, e o vende mais caro para pagar a exclusividade). Quanto à agiotagem, na Favela Rio das Pedras, o jornal encontrou dois escritórios conhecidos como “caixinha” que concedem empréstimos aos moradores com a uma taxa que varia de 30 a 60% ao mês. Quando alguém atrasa o pagamento ou fica inadimplente, os cobradores invadem a casa do devedor arbitrariamente e pegam qualquer objeto de valor, como televisor, aparelho de som e outros. Essas milícias armadas, num primeiro

---

<sup>18</sup>Grupo armado de policiais com o apoio financeiro de comerciantes e moradores tendo como objetivo expulsar o tráfico de drogas das favelas da cidade.

<sup>19</sup>*O Globo* (20/03/2005, p.18 - 19, 2ªed. e 29/01/2006, p.27) levantou esses dados com base nas investigações da Corregedoria Geral Unificadas de Polícias e a Subsecretaria de Segurança do Estado.

<sup>20</sup>Departamento do Sistema Penitenciário.

momento, justificam que essa cobrança de taxa tem a finalidade de custear a melhoria da própria comunidade.<sup>21</sup>

De acordo com a matéria de *O Globo*, o representante do Comando da Polícia Militar na região de Jacarepaguá (uma área com intensa presença dessas milícias) disse, ao ser indagado sobre o envolvimento de militares com a “mineira”, que não existe grupos armados, afirmou que houve uma insurreição dos próprios policiais que moram nessas comunidades contra a ditadura imposta pelos traficantes, mas tudo com o apoio dos moradores. Do mesmo modo, o representante dos industriais e comerciantes da área negou o patrocínio a grupos armados, e confere mérito ao 18º Batalhão da PM por expulsar os traficantes das favelas da região. Os moradores, no entanto, são categóricos ao afirmar que existem grupos de militares e auxiliares impondo o controle nas favelas.

Portanto, com podemos perceber, a história da cidade do Rio de Janeiro apresenta uma longa convivência, que de início, era entre palácios e cortiços, e mais tarde entre cidade e favela (morro e “asfalto”), que se consolida numa dicotomia reveladora de contradições e intransigências. Isso não significa que exista uma “cidade partida”, constituindo duas realidades distintas, o morro e o “asfalto”. Ao contrário, essa separação mais confunde que esclarece, e impede uma visão mais abrangente das trocas entre esses dois mundos (Vilhena, 2005).

Foi na favela que grande parte da população pobre carioca, em regra, descendente de ex-escravo, se fixou, e a partir daí encontrou mecanismo para uma “incorporação social”<sup>22</sup>, como ao mercado de trabalho, mercado de bens públicos e de consumo (Burgos, 2002). Desse modo, o favelado, segregado nas ruas, nos cortiços e nas encostas, se constitui como portador do estereótipo de “pré-cidadão”: carente de “pedagogia civilizatória” e vocacionado para a criminalidade.

As sucessivas e truculentas formas de demolições e controle das áreas ocupadas pela população pobre, impediram a integração cívica e cultural dessa parcela da sociedade carioca. Velloso (1987), ao analisar as crônicas de João do

---

<sup>21</sup>O monopólio de algumas atividades nas favelas não é exclusividade da “mineira”, as facções do tráfico também controlam as linhas de transporte alternativo, a venda de gás, dentre outras coisas nessas comunidades.

<sup>22</sup>Essa noção de “incorporação social” é desenvolvida por Burgos (2002), afirmando que historicamente foi a partir da favela que parcela importante dos segmentos subalternos da cidade do Rio de Janeiro teve acesso aos bens públicos fundamentais, como água, luz e saneamento básico, além de ter extraído desse contexto uma identidade coletiva para negociar na esfera pública seus direitos civis.

Rio, publicadas nos primeiros anos da República, identifica que a cultura popular era considerada decadente e contrária aos ideais de um país moderno. As manifestações culturais dessa população só conseguiram se integrar pela sua excentricidade, mas se integraram. Essa excentricidade, de nenhuma forma, diminui a sua importância como referência da identidade nacional, como se pode verificar a força simbólica da feijoada, do samba, do carnaval, do futebol e do funk na cultura brasileira. Uma prova de que aqueles que poderiam ser historicamente apontados como “vencidos”, venceram impondo a sua cultura.